



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 29 ABR. 2014
1º Secretário



Senhor Presidente

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências

Em, 28/04/2014

Presidente

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VETO Nº 4/14

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 84/2014-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 46/2013, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 46/2013, de autoria parlamentar, torna obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional de todos os hospitais gerais do Estado do Paraná que contam com capacidade normal ou de operação de mais de cinquenta leitos, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados e em atendimento.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, pois fere o inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual, onde versa que compete privativamente ao Governador do Estado as leis que disponham sobre "criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública". Vejamos:

"Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativamente ao Governador do Estado as leis que disponham sobre:

*...
IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública."*

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.nº 11.818.371-1



Projeto de Lei nº 46/2013
(Autoria da Deputada Luciana Rafagnin)

Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica aos pacientes em hospitais gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Torna obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional de todos os hospitais gerais do Estado do Paraná que contam com capacidade normal ou de operação de mais de cinquenta leitos, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados e em atendimento.

Parágrafo único. Caberá ao cirurgião dentista o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes.

Art. 2º A aplicação do disposto nesta Lei se dará de forma gradativa, conforme disponibilidade de profissionais habilitados nos quadros do Estado, respeitando-se ainda a disponibilidade orçamentária-financeira e as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Regulamento disporá sobre a aplicação de penalidade em virtude do descumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 46/2013

fls. 2



Art. 5º Revoga a Lei nº 16.786, de 11 de janeiro de 2011.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 25 de março de 2014.



Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente



Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário



Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 04/2014

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 04/2014

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta o projeto de lei nº 46/2013, que torna obrigatória a prestação de assistência odontológica aos pacientes em hospitais gerais.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 46/2013, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que torna obrigatória a prestação de assistência odontológica aos pacientes em hospitais gerais, restou vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 46/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **01 de abril de 2014**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 04/2014, foi exarada em data de **25 de abril de 2014**, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

APROVADO

06/05/14

Pça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 292/2013

Obriga os Postos de Combustíveis a informarem se a gasolina comercializada é formulada ou refinada.

Art. 1º Obriga os postos de combustíveis que atuem no âmbito territorial do Estado do Paraná a informarem ao consumidor se a gasolina comercializada é formulada ou refinada.

§ 1º Para efeitos desta Lei, considera-se gasolina refinada aquela completamente isenta de substâncias nocivas contidas no petróleo cru, eliminadas pelo processo de refinação.

§ 2º Para efeitos desta Lei, considera-se gasolina formulada aquela composta de resíduos de destilação petroquímicos adicionados de solventes, com qualidade inferior à gasolina refinada.

Art. 2º A informação de que trata o art. 1º desta Lei deverá ser veiculada em cartaz, *banner* ou outro meio, em local visível a todos os consumidores que adentrarem ao posto, com fonte e tamanho que possibilitem sua identificação.

Art. 3º Os preços de venda deverão ser discriminados separadamente para cada tipo de gasolina.

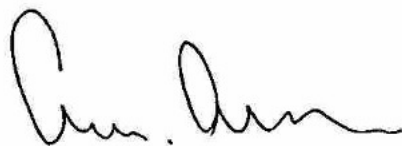
Art. 4º O descumprimento do que determina o art. 1º desta Lei sujeitará o infrator à multa pecuniária correspondente a 40 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

Parágrafo único. Em caso de reincidência do estabelecimento comercial, será aplicada sanção correspondente a 50 UPF/PR.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que se fizer pertinente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.



ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator *Relator*
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 77/2014

Altera a Lei nº 7.469, de 17 de junho de 1981, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.469, de 17 de junho de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Pestalozzi de Guaíra, com sede e foro no Município de Guaíra.






Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Pestalozzi de Guaíra, com sede e foro no Município de Guaíra.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator  





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 213/14

Súmula: Altera dispositivos que especifica da Lei nº 13.803 de 23 de setembro de 2002, que instituiu a Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 5º e 13 da Lei nº 13.803, de 23 setembro de 2002, que instituiu a Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O enquadramento na Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE, dos servidores abrangidos por esta Lei, nos cargos de Agente Fazendário Estadual “A” AFE-A, “B” AFE-B e “C” AFE-C, dar-se-á de forma automática após a publicação desta Lei, na mesma Classe e Referência atualmente ocupadas no Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, de acordo com a correlação de cargos constantes do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. Os servidores abrangidos por esta Lei, que estiverem na inatividade a partir de 23 de setembro de 2002, serão enquadrados na forma prevista no *caput*.”

“Art. 13. A primeira promoção para os integrantes da Carreira de Agente Fazendário Estadual se dará imediatamente após a publicação da presente Lei.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo poderá delegar a competência para concessão de promoção ao Secretário de Estado da Fazenda.”

Art. 2º A partir da data da publicação da presente Lei, a Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária – GDAF, instituída pela Lei nº 17.432, de 20 de dezembro de 2012, fica incorporada ao vencimento básico dos integrantes da Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE, limitada a 4/5 do vencimento básico do respectivo servidor, de acordo com a Tabela 2 do Anexo Único da presente Lei.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 3º Após a incorporação referida no artigo 2º da presente Lei, os valores estabelecidos nas tabelas de vencimento básico constantes do Anexo IV da Lei nº 13.803, de 2002, passam a ser os valores constantes da Tabela 2 do Anexo Único da presente Lei.

Art. 4º As tabelas de referência de vencimento básico, anexas à presente Lei, serão reajustadas, anualmente, nos mesmos percentuais e na data-base do reajuste geral concedido aos Funcionários Civis do Estado do Paraná, de acordo com a legislação salarial em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados ao atendimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ficando revogada a Lei nº 17.432, de 2012.

ANEXO ÚNICO

**PARANÁ**

TABELA 1

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO – VIGENTES (QPPE)GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

REFERÊNCIAS

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO – VIGENTES (QPPE)								
AGENTE DE APOIO			AGENTE DE EXECUÇÃO			AGENTE PROFISSIONAL		
CLASSE			CLASSE			CLASSE		
III	II	I	III	II	I	III	II	I
834,92	1.304,27	2.037,49	1.252,36	1.974,69	3.113,64	3.005,69	4.827,04	7.752,08
864,13	1.349,92	2.108,81	1.296,21	2.043,81	3.222,62	3.110,89	4.995,99	8.023,39
894,39	1.397,18	2.182,62	1.341,57	2.115,34	3.335,42	3.219,78	5.170,85	8.304,22
925,69	1.446,07	2.259,01	1.388,52	2.189,39	3.452,15	3.332,47	5.351,83	8.594,86
958,09	1.496,69	2.338,07	1.437,13	2.266,01	3.572,97	3.449,10	5.539,14	8.895,68
991,61	1.549,07	2.419,91	1.487,42	2.345,33	3.698,02	3.569,82	5.733,01	9.207,02
1.026,33	1.603,29	2.504,60	1.539,48	2.427,41	3.827,46	3.694,76	5.933,67	9.529,27
1.062,25	1.659,41	2.592,26	1.593,37	2.512,38	3.961,42	3.824,07	6.141,34	9.862,81
1.099,42	1.717,48	2.682,99	1.649,14	2.600,30	4.100,08	3.957,91	6.356,29	10.207,99
1.137,90	1.777,59	2.776,91	1.706,85	2.691,31	4.243,57	4.096,46	6.578,76	10.565,28
1.177,73	1.839,82	2.874,10	1.766,59	2.785,51	4.392,09	4.239,82	6.809,01	10.935,06
1.218,94	1.904,20	2.974,69	1.828,43	2.883,00	4.545,81	4.388,22	7.047,34	11.317,79

TABELA 2

CARREIRA DE AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL**TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO – JÁ INCORPORADA A GDAF**

Que passa a vigorar a partir da publicação desta Lei

REFERÊNCIAS

CARREIRA DE AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL								
TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO – JÁ INCORPORADA A GDAP								
Que passa a vigorar a partir da publicação desta Lei								
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL			AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL			AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL		
AFE-C			AFE-B			AFE-A		
CLASSES			CLASSES			CLASSES		
III	II	I	III	II	I	III	II	I
1.502,86	2.347,69	3.610,43	2.254,24	3.554,44	5.517,35	5.410,25	8.688,67	13.736,64
1.555,43	2.429,86	3.681,75	2.333,18	3.679,66	5.626,33	5.599,60	8.992,78	14.007,95
1.609,90	2.514,92	3.755,56	2.414,83	3.807,61	5.739,13	5.795,60	9.307,53	14.288,78
1.666,24	2.602,93	3.831,95	2.499,34	3.940,90	5.855,86	5.998,45	9.633,29	14.579,42
1.724,56	2.694,04	3.911,01	2.586,83	4.078,82	5.976,68	6.208,38	9.970,45	14.880,24
1.784,90	2.788,33	3.992,85	2.677,36	4.221,59	6.101,73	6.425,68	10.319,42	15.191,58
1.847,39	2.885,92	4.077,54	2.771,06	4.369,34	6.231,17	6.650,57	10.680,61	15.513,83
1.912,05	2.986,94	4.165,20	2.868,07	4.522,28	6.365,13	6.883,33	11.054,41	15.847,37
1.978,96	3.091,46	4.255,93	2.968,45	4.680,54	6.503,79	7.124,24	11.441,21	16.192,55
2.048,22	3.199,66	4.349,85	3.072,33	4.844,36	6.647,28	7.373,63	11.841,77	16.549,84
2.119,91	3.311,68	4.447,04	3.179,86	5.013,92	6.795,80	7.631,68	12.256,22	16.919,62
2.194,09	3.427,56	4.547,63	3.291,17	5.189,40	6.949,52	7.898,80	12.685,21	17.302,35

Caline Gondim
Caline Gondim
 Coordenadora da CCJ
 Mat. 6246

MENSAGEM
Nº 030 /2014

Curitiba, 19 de maio de 2014.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 19 MAIO 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 19/05/2014

Presidente

SGP

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 13.803, de 23 de setembro de 2002, que instituiu a Carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE.

Considerando a regulamentação da Lei nº 13.803, de 2002, pelo Decreto Governamental nº 9.788, de 20 de dezembro de 2013; a necessidade de atualização das tabelas do vencimento básico constante no Anexo IV da referida Lei, procedendo a incorporação da Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária - GDAF, instituída pela Lei nº 17.432, de 20 de dezembro de 2012; e a necessidade do correto enquadramento dos Agentes Fazendários - AFE em sua Carreira já regulamentada, encaminho para apreciação dessa Casa de Leis o anexo Anteprojeto de Lei, objeto de amplo estudo entre todos os setores da Secretaria de Estado da Fazenda.

Dessa forma, a referida incorporação da GDAF procede tão somente a atualização do vencimento básico dos referidos servidores, que permaneceram desatualizados durante todo o período em que a Lei 13.803, de 2002, não havia sido regulamentada.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.033.357-5

GOVERNO DO
PARANÁ

Diário Oficial

EDIÇÃO DIGITALIZADA Nº - 6325

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2002

ANO LXXXIX

16 PÁG.

SUMÁRIO

Poder Legislativo	01
Poder Executivo	03
Chefe de Gabinete do Governo	03
Governo	06
Casa Civil	06
Casa Militar	06
Procuradoria Geral do Estado	06
Tribunal de Contas	06
SECRETARIAS DE ESTADO	
Administração e Previdência	08
Agricultura e do Abastecimento	08
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	08
Comunicação Social	08
Criança e Assuntos da Família	08
Cultura	11
Desenvolvimento Urbano	11
Educação	11
Emprego e Relações do Trabalho	11
Política Habitacional	11
Fazenda	11
Indústria, Comércio e do Turismo	12
Meio Ambiente	12
Obras Públicas	13
Ouvatória Geral	13
Planejamento e Coordenação Geral	13
Proteção e Defesa do Consumidor	13
Segurança Pública, da Justiça e da Cidadania	13
Saúde	14
Transportes	14
Municipalidades	14
Boletim Federal	14
Publicações Diversas (Avisos, Editais e Sociedades)	14

PODER LEGISLATIVO

Lei n.º 13.803

Data: 23 de setembro de 2002.

SÍNTESE

Objetivo instituir a carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do quadro próprio do Poder Executivo - QPPE, alocados na Secretaria da Fazenda do Paraná ou coordenação da Receita do Estado (CRE).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, alocados na Secretaria da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE).

Art. 2º Para efeito da presente Lei.

I - Carreira: agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonados segundo hierarquia de serviço;

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas no desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por Lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelos cofres do Estado e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Classe: escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições e responsabilidades;

IV - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;

V - Grau de complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas;

VI - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VII - Progressão: passagem do funcionário público de uma referência salarial para outra de maior valor, atendidos os requisitos estabelecidos para a classe;

VIII - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe para classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;

IX - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre o qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração;

X - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

XI - Vencimento: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em lei; e

XII - Vencimentos ou remuneração: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei.

Art. 3º A Carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, será organizada em 3 cargos de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada Cargo, será composto de 03 (três) classes: III, II e I, na forma do Anexo I.

§ 1º A carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, será composta de 3 cargos:

- I - Agente Fazendário Estadual A;
- II - Agente Fazendário Estadual B;
- III - Agente Fazendário Estadual C.

§ 2º A Classe III de cada cargo, será a classe inicial para o ingresso e a classe I, a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º O requisito de escolaridade mínima para ingresso dos cargos e das funções de cada cargo serão fixados na forma do anexo II desta lei.

§ 4º A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação de carga horária e outras características relativas às funções serão definidas em ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 4º O estágio probatório será de 03 (três) anos de efetivo exercício em classe da carreira de Agente Fazendário Estadual, observado o disposto no parágrafo 4º, do art. 36 da Constituição Estadual do Paraná.

Art. 5º O enquadramento na Carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, nos cargos de Agente Fazendário Estadual A, B e C se dará na referência inicial de cada classe de acordo com a correlação de cargos constantes do anexo III.

Parágrafo único. A execução do presente enquadramento será da responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 6º Aplicam-se aos integrantes da presente estrutura organizacional administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimento, na forma do Anexo IV, desta Lei, reajustados segundo a legislação salarial em vigor, mantidos os percentuais de diferença entre as classes.

Art. 7º Aplicam-se aos integrantes da presente carreira, a seguinte estrutura de remuneração:

- I - Vencimento base ou vencimento;
- II - Adicional por Tempo de Serviço;
- III - Adicional Fazendário;
- IV - Salário - Família.

§ 1º O Adicional Fazendário - AF é a retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de Agente Fazendário Estadual - AFE, incorporável para todos os efeitos legais.

§ 2º O valor atribuído ao adicional a que se refere o parágrafo acima, não poderá ser superior ao valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da primeira referência da classe inicial dos respectivos cargos.

§ 3º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores do adicional a que se referem os parágrafos anteriores.

Art. 8º Os funcionários que ingressarem nos cargos da carreira de

Agente Fazendário Estadual terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP e serão alocados na Secretaria da Fazenda ou na Coordenação da Receita do Estado - CRE.

Art. 9º Os integrantes da carreira abrangidos por esta lei, ficam sujeitos à prestação de 40 (quarenta) horas semanais de jornada de trabalho.

Art. 10. O desenvolvimento na carreira de Agente Fazendário Estadual, se dará pelos institutos de progressão e promoção.

Art. 11. A progressão se dará na classe no funcionário estável por antiguidade, avaliação de desempenho e por titulação.

§ 1º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a duas referências salariais.

I - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antiguidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não firmados com o Estado do Paraná e afastamentos não remunerados para efeito desse parágrafo.

§ 2º A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial, de acordo com os critérios fixados em legislação própria, por proposição do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 3º A progressão por Titulação ocorrerá pelos seguintes critérios:

I - para o Cargo de Agente Fazendário Estadual C: até duas referências e cada quatro anos, por ter concluído cursos, sendo uma referência para cada 40 (quarenta) horas ou por experiência;

II - para o Cargo de Agente Fazendário Estadual B: até duas referências, e cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência;

III - para o Cargo de Agente Fazendário Estadual A: até duas referências, e cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 160 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

§ 4º Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos da progressão por titulação, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente progressão, exceto para efeito de promoção.

§ 5º Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e ou aqueles contemplados em regulamento específico.

Art. 12. A promoção ocorrerá a cada quatro anos, para o funcionário estável, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

I - existência de vaga na classe;

II - avaliação de títulos, tais como escolar formal, experiência e/ou tempo de serviço;

III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e somente após o estágio probatório;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido.

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em legislação específica.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 13. A primeira promoção para os integrantes da Carreira de Agente Fazendário Estadual se dará após 12 (doze) meses, a partir do enquadramento da presente lei.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 14. A primeira progressão por tempo de serviço para os integrantes da Carreira de Agente Fazendário Estadual, se dará imediatamente à publicação da presente lei.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá os



PODER EXECUTIVO — GOVERNO DO ESTADO

Jaime Lerner
Governador

Emília Bellinati
Vice-Governadora



Casa Civil
Guaracy Andrade - Chefe da Casa Civil
Eduardo Fernandes Palm - Diretor-Geral
Casa Militar
Luiz Antonio Borges Vieira - Chefe da Casa Militar
Procuradoria Geral do Estado
Márcia Carla Pereira Ribeiro - Procuradora-Geral
Stimara Bonato Puchet - Diretora-Geral
Procuradoria Geral de Justiça
Maria Tereza Uille Gomes - Procuradora-Geral
Assessores Especiais do Governador
Mário Lúcia Pereira Lima de Camargo
Sejismundo Morgenstern
Gerson Gelman

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Ricardo Augusto Cunha Smjtnik - Secretário
Manoel Jorge de Lacerda Junior - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Dani Lineu Schwartz - Secretário
Norberto Anacleto Ortigara - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Ramiro Wahrhaftig - Secretário
Milton da Fátima Zanetti Weimer - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Comunicação Social
Deonilson Rolão - Secretário
Ivens Moretti Pacheco - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família
Fani Lerner - Secretária
Murilo Cabazon Campetti - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Cultura
Monika Rischbieter Vieira da Silva - Secretária
Carlos Henrique Sá de Ferraz - Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Roberto Dimes Vasconcelos Del Santoro - Secretário
Maria José Braga Beltraga - Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Alyone Vasconcelos Rebouças Saliba - Secretária
Roberta Maria Neto Braga - Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho
Newton Sérgio Ribeiro Grati - Secretário
Luiz Alberto Pinto da Carvalho - Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Governo
José Cid Campello Filho - Secretário
Rosângela Matz Gavinho Ferraz - Diretora-Geral
Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional
Rafael Bernardo Dely - Secretário
Secretaria de Estado da Fazenda
Ingo Henrique Hóbert - Secretário
Otaviano Febbi Ferraz - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Turismo
Ramiro Wahrhaftig - Secretário (Respondendo)
Elcio Luiz Coltro - Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
José Antonio Andrequeito - Secretário
Francisca Jussara R. do Vale - Diretora-Geral
Secretaria de Estado das Obras Públicas
Augusto Canto Neto - Secretário
Civaldo Alves Cruz Filho - Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
Yara Christina Eichenbach - Secretária
Luiz Roberto de Souza - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania
José Tavares da Silva Neto - Secretário
Roberto Lobo Biasi - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Saúde
Luiz Carlos Sobania - Secretário
Ângelo Luiz Tesser - Diretor-Geral
Secretaria de Estado dos Transportes
Wilson Justus Soares - Secretário
Dalton Fernando da Costa - Diretor-Geral

Imprensa Oficial
Paraná

Miguel Sanches Neto
Diretor - Presidente

Jeovairley de Souza
Diretor Administrativo-Financeiro

Rua dos Funcionários 1645 - Cabral - CEP: 80035050
Caixa Postal nº 1182 - CEP: 80001-970
PABX: 313-3200 (Informações)
Fax: 313-3210 (Gerência Comercial)

Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE	TELEFONE	FAX
SETOR	313-3200	313-3238
Assessoria	313-3234	
Edições	313-3282	
Publicidade e Circulação	313-3242	313-3288
Orçamentos Gráficos	313-3243	
Veículo de Notícias	313-3208	313-3222
Diagrama	313-3285	
Contabilidade	313-3238	313-3279
Publicações - Diário Oficial e	313-3221	
Comando Industrial e Serviços	313-3273	313-3276
Publicações - Diário da Justiça	313-3218	313-3215
	313-3217	

e-mail para envio de matérias:

mat@dioe.pr.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Publicações
Centímetro(1) da Coluna 14,00

Assinaturas
Diário Oficial Executivo
Semestral S/Remessa Postal 225,00
Semestral C/Remessa Postal
Curitiba e Região Metropolitana 308,00
Demais Regiões do Paraná 312,00
Outras Unidades da Federação 426,00
Anual S/Remessa Postal 375,00
Anual C/Remessa Postal
Curitiba e Região Metropolitana 510,00
Demais Regiões do Paraná 520,00
Outras Unidades da Federação 710,00

Números Avulsos - Diário Oficial Executivo
Sem Remessa Postal 1,50
Com Remessa Postal
Curitiba e Região Metropolitana 2,50
Demais Regiões do Paraná 2,50
Outras Unidades da Federação 3,00

crédito e a competência para o processo de progressão, considerando-se, pelo menos, duas referências salariais para cada cinco anos de efetivo exercício prestado pelo servidor no Estado do Paraná, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 15. Os servidores da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná e Coordenação da Receita do Estado do Paraná, abrangidos pela presente lei, poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da presente, optar pela não aplicação do disposto nesta lei, permanecendo na situação anterior.

Art. 16. Aplicam-se aos funcionários abrangidos por esta Lei, as disposições da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná.

Art. 17. O Cargo de Agente Fazendário Estadual C fica considerado extinto ao vagar.

Art. 18. Não se aplica aos integrantes da presente carreira, a gratificação instituída pela Lei nº 13.515, de 26 de março de 2002.

Art. 19. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo.

Art. 20. O Poder Executivo expedirá as atos necessários à plena execução da presente lei.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezanove de Dezembro, em 23 de setembro de 2002.

HERMAS BRANDÃO
Presidente

ANEXO I

	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL C	II	377
	III	
	IV	

	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL B	II	445
	III	
	IV	

	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL A	II	199
	III	
	IV	

ANEXO II

CARGO	REQUISITO DE ESCOLARIDADE
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL A	3º GRAU COMPLETO
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL B	2º GRAU COMPLETO
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL C	1º GRAU COMPLETO

ANEXO III

CARGO / OPE	CARGO / OPE
AGENTE DE APOIO	AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL C
AGENTE DE EXECUÇÃO	AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL B
AGENTE PROFISSIONAL	AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL A

ANEXO IV

AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL C	AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL B	AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL A
CLASSE	CLASSE	CLASSE
II	II	II
1	1	1
2	2	2
3	3	3
4	4	4
5	5	5
6	6	6
7	7	7
8	8	8
9	9	9
10	10	10
11	11	11
12	12	12

Lei Complementar nº 95/02

Data: 09 de setembro de 2002.

Símbula: Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, conforme Especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos

termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, as seguintes disposições, que passam a integrar o texto da Lei Complementar nº 94, de 27/07/02, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6277, de vinte e sete de julho de dois mil e dois.

CAPÍTULO I
DA AUTARQUIA

Art. 1ª -

§ 1ª -

§ 2ª -

§ 3ª -

Art. 2ª -

I -

II -

III -

IV -

V -

a) -

b) -

c) -

d) -

e) -

f) -

VI -

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3ª -

Art. 4ª -

I -

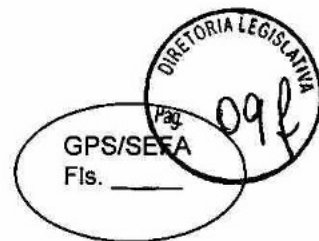
II -

III -

IV -



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GRUPO ORÇAMENTÁRIO SETORIAL - GOS



INFORMAÇÃO Nº: 062/2014- GOS/SEFA.
INTERESSADO: Gabinete do secretário da Fazenda.
SID: 13.033.357-5 de 17/12/2013.
ASSUNTO: DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

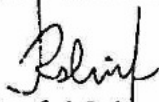
O referido Protocolo visa atender despesas com vencimento básico da Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.

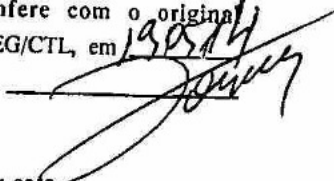
Informamos que a despesa está prevista na Lei Orçamentária Anual de 2014, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sob nº 17.886 de 20/12/2013. Está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, e cumpre os requisitos estabelecidos no Decreto nº 9849/2013.

Informamos ainda, que para fins de despesa com pessoal e encargos sociais para o exercício de 2014 a Secretaria de Estado da Fazenda – Órgão 29, possui o Total Orçamentário de R\$ 431.796.300,00 (quatrocentos e trinta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil e trezentos reais), na Natureza de Despesa 3.1.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais, na Fonte 100 – Ordinário não vinculado.

Segue em anexo cópia do Q.D.D. para confirmação da rubrica orçamentária.

É a informação,
Curitiba, 16 de maio de 2014.


Roseli Naufal Schnekemberg,
Chefe do Grupo Orçamentário Setorial

Confere com o original
SEEG/CTL, em 19/05/14
Ass. 

QDD por Espécie/Fonte em 2014 - Atual

**** Valores Oficiais ****

Data: 19/05/2014 15:05



Orgão

29 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Detalhe

**** TOTAL DO ÓRGÃO ****

Descrição	Ft	Orç. Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçament.	Empenhado	Saldo Programado	Pago
Pessoal e Enc.	100	431.796.300	431.788.712	7.588	431.796.300	124.471.335,90	307.317.376,10	114.789.527,18
	T	431.796.300	431.788.712	7.588	431.796.300	124.471.335,90	307.317.376,10	114.789.527,18
T.Pessoal e Enc.		431.796.300	431.788.712	7.588	431.796.300	124.471.335,90	307.317.376,10	114.789.527,18
Out. Desp. Correntes	100	80.256.720	21.411.997	48.146.291	69.558.288	9.901.221,38	11.510.775,62	7.965.189,39
	128	39.577.290	9.835.733	32.741.557	42.577.290	3.432.596,38	6.403.136,62	910.768,84
	133	1.700		1.700	1.700	0,00	0,00	0,00
	143	6.162.000		6.162.000	6.162.000	0,00	0,00	0,00
	T	125.997.710	31.247.730	87.051.548	118.299.278	13.333.817,76	17.913.912,24	8.875.958,23
T.Out. Desp. Correntes		125.997.710	31.247.730	87.051.548	118.299.278	13.333.817,76	17.913.912,24	8.875.958,23
Investimentos	120	157.787.000	49.905.836	107.881.164	157.787.000	49.905.476,90	359,10	49.905.476,90
	128	16.961.710	10.898.836	10.562.874	21.461.710	5.705.097,82	5.193.738,18	3.151.581,75
	142	100.000		100.000	100.000	0,00	0,00	0,00
	143	684.700		684.700	684.700	0,00	0,00	0,00
	147	150.000	1.350	148.650	150.000	1.305,00	45,00	0,00
	148	1.000.000		1.000.000	1.000.000	0,00	0,00	0,00
	T	176.683.410	60.806.022	120.377.388	181.183.410	55.611.879,72	5.194.142,28	53.057.058,65
T.Investimentos		176.683.410	60.806.022	120.377.388	181.183.410	55.611.879,72	5.194.142,28	53.057.058,65
Inversões Financeiras	100	10.000		10.000	10.000	0,00	0,00	0,00
	120	1.000.000		1.000.000	1.000.000	0,00	0,00	0,00
	T	1.010.000		1.010.000	1.010.000	0,00	0,00	0,00
T.Inversões Financeiras		1.010.000		1.010.000	1.010.000	0,00	0,00	0,00
TOTAL	T	735.487.420	523.842.464	208.446.524	732.288.988	193.417.033,38	330.425.430,62	176.722.544,06
	OF					0,00	0,00	0,00
		735.487.420	523.842.464	208.446.524	732.288.988	193.417.033,38	330.425.430,62	176.722.544,06

Confere com o original
SEEG/CTL, em 19/05/14
Ass. _____

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA E DE REGULARIDADE DO PEDIDO
(Anexo I que se refere o Decreto nº 8768/2013)

Pedido 047/2014

DECLARAMOS, na qualidade de Ordenadores de Despesas, que existem recursos orçamentários para a finalidade indicada no protocolado nº 13.033.357-5, conforme Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD.

DECLARAMOS, também que a despesa, abaixo identificada, tem adequação com Lei Orçamentária de 2014, com Plano Plurianual 2012/2015, com a Lei das Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

IDENTIFICAÇÃO DA DESPESA:

Órgão: 29 - Secretaria de Estado da Fazenda.

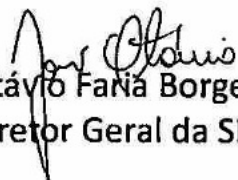
Natureza da despesa: 3.1.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.

Fonte: 100 Ordinário não Vinculado.

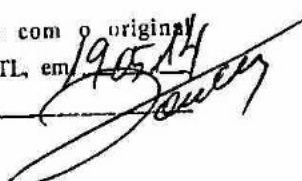
Valor disponível para a despesa: R\$ 431.796.300,00 (quatrocentos e trinta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil e trezentos reais).

Objeto: Atender despesas com Anteprojeto de Lei, que trata da atualização do vencimento básico da carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.

Curitiba, 19 de maio de 2014.


João Otávio Faria Borges de Sá
Diretor Geral da SEFA


Hélio Hisashi Obara
Diretor da CRE

Confere com o original
SEEG/CTL, em 19.05.14
Ass. 



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



n1052

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 201 /2014

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

ASSUNTO: Atualização vencimento básico da Carreira de Agente Fazendário

PROTOCOLO: nº 13.033.357-5

De acordo com o protocolado em epígrafe, a Secretaria de Estado da Fazenda, solicita a indicação orçamentária para cobrir despesas com a implantação da carreira de Agente Fazendário, as quais correrão a conta das Dotações Orçamentárias: 2930.04129404.052 – Administração Tributária Estadual e 2902.04123414.050 – Gestão Administrativa, na espécie Pessoal e Encargos Sociais.

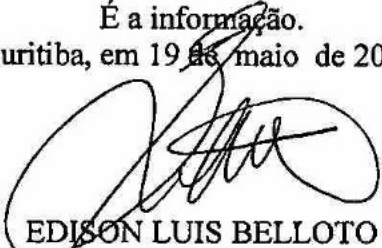
Sob a perspectiva orçamentária informamos que nas dotações mencionadas conta com recursos, conforme abaixo discriminado:

TOTAL ORÇAMENTÁRIO	EMPENHADO ATÉ abril/2014	PREVISÃO ATÉ DEZEMBRO	TOTAL PREVISTO	SALDO
431.796.300	124.471.336	281.077.027	405.548.363	26.247.937

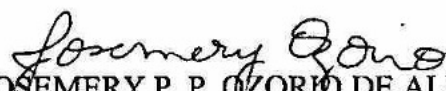
Esta Coordenação informa que para o exercício de 2014, o órgão conta com o valor de R\$ 431.796.300,00 (quatrocentos e trinta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil e trezentos reais), na espécie supra mencionada.

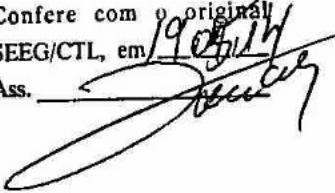
Com base ao exposto somos pelo encaminhamento do pleito à Secretaria de Estado da Fazenda, para as demais providências.

É a informação.
Curitiba, em 19 de maio de 2014.


EDISON LUIS BELLOTO
Técnico em Orçamento

De acordo 19/05/2014.
Encaminha-se a DG/SEFA


JOSEMARY P. P. OZORIO DE ALMEIDA
Coordenadora da COP/SEFA

Confere com o original
SEEG/CTL, em 19/05/14
Ass. 

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Divisão de Despesa

INFORMAÇÃO Nº 48/14

Ref. Anteprojeto de Lei – atualização da tabela
Protocolo nº 13.033.357-5

Face ao contido no Protocolo acima referenciado, a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA encaminha Anteprojeto de Lei que atualiza as tabelas de vencimento da Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.


No que concerne a esta Coordenação, temos a informar que o último índice provisório apurado de despesa com pessoal do Poder Executivo é relativo ao 1º quadrimestre de 2014, e seu resultado foi de 45,79% da Receita Corrente Líquida.

Salientamos que a análise feita por esta Coordenação quanto ao dispêndio com pessoal tem natureza apenas informativa e com caráter de alerta, a fim de subsidiar a decisão final autorizativa ou denegatória do Governador.


É a Informação.
Curitiba, 19 de maio de 2014.


Marcos Antônio Jagher
Coordenador da Administração Financeira do Estado
Encaminhe-se ao SEFA/DG. Em 19/05/2014.

DE ACORDO:


João Otávio Faria Borges de Sá
Diretor Geral da Secretaria de Estado da Fazenda
Encaminhe-se à SEFA/GAB. Em 19/05/2014.


Danielle Barrozo Cavalcante
Assessora da CAFE

Confere com original
SEEG/CTL, em 19/05/2014
Ass. 



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

CASA CIVIL
ASSISTORIA DG
FLS. 62
3

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 148

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO, PARA A IMPLANTAÇÃO DA
CARREIRA FAZENDÁRIA, COM BASE NA FOLHA DE ABRIL DE 2014.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMPACTO MENSAL EM REAIS 1,00

TOTAL DO PODER EXECUTIVO	683.315.308,22
TOTAL MENSAL DA FOLHA DA SEFA	2.283.362,69
TOTAL MENSAL GDAF	1.000.985,51
TOTAL ADICIONAL TEMPO DE SERVIÇO SOBRE GDAF	330.325,22
ACRESCIMO SOBRE FOLHA DA SEFA	9,13%
ACRESCIMO SOBRE FOLHA DO PODER EXECUTIVO	0,0048%

O impacto previsto na despesa com pessoal ativo da SEFA, mensal, é de R\$ 330.325,22 (trezentos e trinta mil, trezentos e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos), e até o final do presente exercício financeiro deverá atingir o valor de R\$ 2.979.926,96 (dois milhões novecentos e setenta e nove mil novecentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos).

Não foi computado o valor da GDAF, pois já esta sendo pago aos servidores ativos da SEFA, não ocorrendo impacto sobre esta parcela dos servidores ativos.

É a informação

Curitiba, 20 de maio de 2014

Confere com o original
SEEG/CTL, em 20/05/14
Ass. _____

SOELI DO RÓCIO RANO FERNANDES DA SILVA
AGENTE PROFISSIONAL

SOELI R. RANO, F. SILVA
RG 1.439.576-8
GRHS/SEFA

Caline Gondim
Coordenadora da CCJ
Mat. 6246



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 213/2014, mensagem nº 30/2014 na sua origem, de autoria do Poder Executivo que ESPECIFICA DA LEI Nº 13.803 DE 23 DE SETEMBRO DE 2002 QUE INSTITUI A CARREIRA DE AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL - AFE.

RELATOR DEPUTADO PEDRO LUPION.

I. RELATÓRIO.

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 30/2014, visa efetuar alterações nos dispositivos da Lei 13.803 de 23 de Setembro de 2002, que institui a Carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE.

II. FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente, cumpre-me mencionar a necessidade do presente Projeto de Lei passar pela análise desta Comissão, que por sua vez não se restringe tão somente ao que determina o artigo 33-A¹ do

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, considerando que o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, permite evitar as arbitrariedades contra os cidadãos e colocam limites ao poder estatal.²

Neste contexto, esta análise é necessária uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Pois bem, desta forma passa-se à análise do PL.

O proponente, inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Leis conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65³) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124⁴).

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

³ Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

⁴ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

Ademais, em análise ao art. 66 da Constituição do Estado do Paraná, verifica-se a competência privativa do Governador do Estado:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Insta mencionar excerto do parecer da Secretaria da Fazenda, o qual menciona: *"No que concerne a esta Coordenação, temos a informar que o último Índice provisório apurado de despesas com o pessoal do Poder Executivo é relativo ao 1º quadrimestre de 2014, e seu resultado foi de 45,79% da Receita Líquida".*

Para finalizar, devemos observar que o projeto de lei está de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Federal nº. 101/00, eis que não importa em aumento de despesas.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 213/2014, de autoria do PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 20 de Maio de 2014.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Dep. Tadeu

Dep. Curi

Dep. Pastor

APROVADO

20/05/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 213/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 030/14, objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica da Lei nº 13.803, de 23 de setembro de 2002, que instituiu a Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável que foi aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

Sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa-se na justificativa do autor que a referida incorporação da GDAP procede tão somente a atualização do vencimento básico dos referidos servidores, que permaneceram desatualizados durante todo o período em que a Lei nº 13.803, de 2002, não havia sido regulamentada.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa, nos arts. 65, 66, todos da Constituição Estadual.

Insta observar que, a proposta não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, pois a incorporação não apresenta acréscimo de despesas para o Governo e ainda, os seus efeitos financeiros da proposta, ficam condicionados ao atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Constata-se ainda, a existência da declaração de adequação da despesa e de regularidade do pedido, subscrita pelo Sr.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

João Otávio Faria Borges de Sá, Diretor Geral da SEFA e do Sr. Hélio Hisashi Obara, Diretor da CRE, dando conta de que a despesa tem adequação com a Lei Orçamentária de 2014, com o Plano Plurianual 2012/2015, com a Lei das Diretrizes Orçamentárias e por fim com a Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

CONCLUSÃO

Sendo assim, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões,

12/05/14

[Assinatura]
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR

[Assinatura]
Dep. Wilson

[Assinatura]
Dep. Buhner

[Assinatura]
Dep. Dupion

EXTRAI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

Paraná	Plenário nº 01
DAP	27 MAIO 2014
Visto	<i>Cláudio</i>

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI 213/2014



Com fulcro no disposto nos artigos 136 e seguintes do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 213/2014, de autoria do Poder Executivo, passa a contar com a seguinte redação:

Dispõe sobre o enquadramento dos cargos de Agente Fazendário Estadual "A" AFE-A, "B" AFE-B e "C" AFE-C, bem como incorpora a Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária – GDAF ao vencimento básico dos integrantes da Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.

Art. 1º O enquadramento na Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE, nos cargos de Agente Fazendário Estadual "A" AFE-A, "B" AFE-B e "C" AFE-C, dar-se-á de forma automática após a publicação desta Lei, na mesma Classe e Referência atualmente ocupadas no Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, de acordo com a correlação de cargos constantes do Anexo III da Lei 13.803, de 23 de setembro de 2002.

Parágrafo único. Os servidores abrangidos por esta Lei, que estiverem na inatividade a partir de 23 de setembro de 2002, serão enquadrados na forma prevista no *caput*.

Art. 2º A primeira promoção para os integrantes da Carreira de Agente Fazendário Estadual se dará imediatamente após a publicação da presente Lei.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo poderá delegar a competência para concessão de promoção ao Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 3º A partir da data da publicação da presente Lei, a Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária – GDAF, instituída pela Lei nº 17.432, de 20 de dezembro de 2012, fica incorporada ao vencimento básico dos integrantes da Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE, limitada a 4/5 do vencimento básico do respectivo servidor, de acordo com a Tabela 2 do Anexo Único da presente Lei.

16:03 27/05/2014 08:27:56 DAP ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Art. 4º Após a incorporação referida no artigo 2º da presente Lei, os valores estabelecidos nas tabelas de vencimento básico constantes do Anexo IV da Lei nº 13.803, de 2002, passam a ser os valores constantes da Tabela 2 do Anexo Único da presente Lei.

Art. 5º As tabelas de referência de vencimento básico, anexas à presente Lei, serão reajustadas, anualmente, nos mesmos percentuais e na data-base do reajuste geral concedido aos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná, de acordo com a legislação salarial em vigor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados ao atendimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 7º Revoga:

I - a Lei nº 17.432, de 2012;

II - o art. 5º e o art. 13, ambos da Lei 13.803, de 2002.

Justificativa

A presente emenda faz-se necessária, para aprimorar o texto do projeto e adaptá-lo às normas de técnica legislativa constantes na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2014.

Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo



PARANÁ

TABELA 1

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO - VIGENTES (QPPE)

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

REFERÊNCIAS	AGENTE DE APOIO			AGENTE DE EXECUÇÃO			AGENTE PROFISSIONAL		
	CLASSE			CLASSE			CLASSE		
	III	II	I	III	II	I	III	II	I
1	834,92	1.304,27	2.037,48	1.282,36	1.974,89	3.113,64	3.005,89	4.827,04	7.752,08
2	884,13	1.348,92	2.108,81	1.298,21	2.043,81	3.222,62	3.110,89	4.985,99	8.023,39
3	894,39	1.397,18	2.182,82	1.341,57	2.116,34	3.335,42	3.219,78	5.170,85	8.304,22
4	928,89	1.446,07	2.269,01	1.388,52	2.189,39	3.452,15	3.332,47	5.351,83	8.594,86
5	958,09	1.498,89	2.338,07	1.437,13	2.268,01	3.572,97	3.449,10	5.539,14	8.886,68
6	991,61	1.549,07	2.419,91	1.487,42	2.345,33	3.698,02	3.569,82	5.733,01	9.207,02
7	1.026,33	1.603,29	2.504,80	1.539,48	2.427,41	3.827,48	3.694,78	5.933,87	9.529,27
8	1.062,26	1.659,41	2.592,28	1.593,37	2.512,38	3.961,42	3.824,07	6.141,34	9.862,81
9	1.099,42	1.717,48	2.682,90	1.649,14	2.600,30	4.100,08	3.957,91	6.358,29	10.207,69
10	1.137,90	1.777,59	2.778,91	1.708,85	2.691,31	4.243,57	4.096,46	6.578,76	10.568,28
11	1.177,73	1.839,82	2.874,10	1.768,59	2.785,61	4.392,09	4.239,82	6.809,01	10.935,06
12	1.218,94	1.904,20	2.974,60	1.828,43	2.883,00	4.546,81	4.388,22	7.047,34	11.317,79

TABELA 2

CARREIRA DE AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO - JÁ INCORPORADA A GDAF

Que passa a vigorar a partir da publicação desta Lei

REFERÊNCIAS	AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL			AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL			AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL		
	AFE-C			AFE-B			AFE-A		
	CLASSES			CLASSES			CLASSES		
	III	II	I	III	II	I	III	II	I
1	1.502,86	2.347,89	3.610,43	2.264,24	3.564,44	5.517,35	5.410,25	8.088,87	13.738,84
2	1.656,43	2.429,88	3.681,75	2.333,18	3.679,88	5.626,33	5.699,80	8.992,78	14.007,95
3	1.608,90	2.514,82	3.755,66	2.414,83	3.807,81	5.739,13	5.795,90	9.307,53	14.288,78
4	1.666,24	2.602,93	3.831,95	2.499,34	3.940,80	5.856,88	5.988,45	9.633,29	14.579,42
5	1.724,56	2.694,04	3.911,01	2.586,83	4.078,82	5.978,88	6.208,38	9.970,46	14.880,24
6	1.784,90	2.788,33	3.992,85	2.677,38	4.221,59	6.101,73	6.425,88	10.319,42	15.191,58
7	1.847,39	2.885,82	4.077,54	2.771,06	4.369,34	6.231,17	6.650,57	10.680,81	15.513,63
8	1.912,05	2.986,94	4.165,20	2.868,07	4.522,28	6.366,13	6.883,33	11.054,41	15.847,37
9	1.978,98	3.091,46	4.255,93	2.968,45	4.680,54	6.503,79	7.124,24	11.441,21	16.192,55
10	2.048,22	3.199,88	4.348,86	3.072,33	4.844,36	6.647,28	7.373,83	11.841,77	16.549,84
11	2.119,91	3.311,88	4.447,04	3.179,86	5.013,92	6.795,80	7.631,88	12.256,22	16.919,82
12	2.194,09	3.427,56	4.547,63	3.291,17	5.188,40	6.949,52	7.898,80	12.685,21	17.302,35

Carline Gordin
Coordenadora da CCJ
Mat. 8246



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 94 /2014

Altera a Lei nº 12.513, de 25 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.513, de 25 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Iniciativa, com sede e foro no Município de Curitiba".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA.

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 94/2014

Projeto de Lei nº. 94/2014

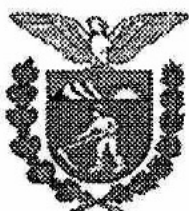
Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.513, de 25 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.513 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “FUNDAÇÃO INICIATIVA, MANTENEDORA DE CASAS LARES, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL” PARA “FUNDAÇÃO INICIATIVA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE : REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 12.513/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Iniciativa, Mantenedora de Casas Lares, com sede e foro nesta Capital.

O projeto pretende modificar a denominação da "Fundação Iniciativa, Mantenedora de Casas Lares, com sede e foro nesta capital" para "Fundação Iniciativa, com sede e foro no Município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



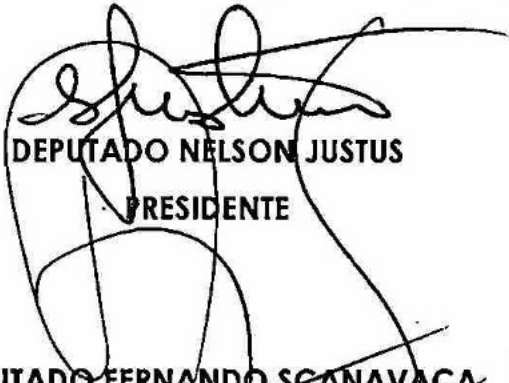
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

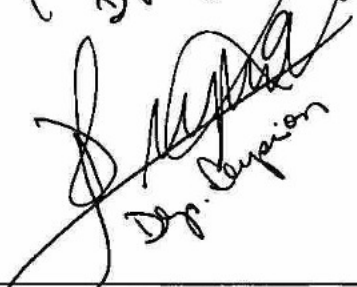
Sala das Comissões, em 6 de maio de 2014.

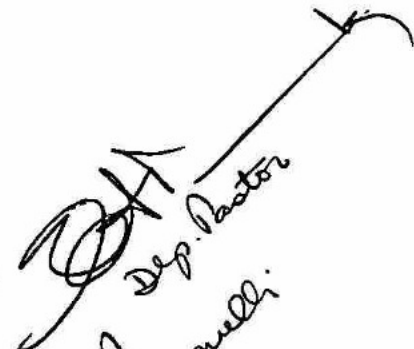

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

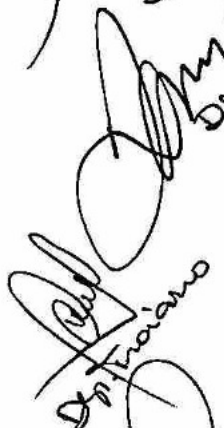

Dep. Carli


Dep. Hernandes


Dep. Caspary


Dep. Pastor


Dep. Ruanelli



Dep. Traciano


Dep. Tadeu


Dep. Curi

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

13/05/14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 94/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 94/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:


Art. 1º A Lei nº 9.739, de 17 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Fundação Iniciativa, com sede e foro no Município de Curitiba".

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Iniciativa, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Palácio Dezenove de Dezembro, em 6 de maio de 2014.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Fernando Scanavacca
Relator

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente a fim de adequar a ementa da Lei nº 9.739, de 17 de outubro de 1991, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

08/05/14


Dep. Laupion



PROJETO DE LEI 120/14

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 2013, para as Áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º No âmbito do Estado do Paraná, para fins de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *caput* do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal, os recursos previstos na Lei Federal nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, serão destinados exclusivamente para a Educação Pública, com prioridade para a Educação Básica, e para a Saúde, nos montantes de 75% (setenta e cinco por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente, na forma do regulamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 009/2014

Curitiba, 07 de março de 2014.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**

Em, 11 MAR. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 10/03/2014

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dispor sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, para as Áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

A presente medida visa atender ao disposto pela supracitada Lei Federal que dispõe sobre a destinação para as Áreas de Educação e Saúde, de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *caput* do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal.

A Lei Federal em comento determina que os recursos sejam aplicados no montante de 75% na área de educação e de 25% na área de saúde.

Desta forma, urge, pois, a imediata apreciação e aprovação da presente proposta, para que o Estado do Paraná possa obter a parcela que lhe cabe em relação ao repasse previsto na lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.023.630-8

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)





Seção II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



LEI Nº 12.858, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal.

Art. 2º Para fins de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal, serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e para a saúde, na forma do regulamento, os seguintes recursos:

I - as receitas dos órgãos da administração direta da União provenientes dos royalties e da participação especial decorrentes de áreas cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido a partir de 3 de dezembro de 2012, relativas a contratos celebrados sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, de que tratam respectivamente as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de junho de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva;

II - as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios provenientes dos royalties e da participação especial, relativas a contratos celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, de que tratam respectivamente as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de junho de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva;

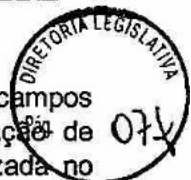
III - 50% (cinquenta por cento) dos recursos recebidos pelo Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação; e

IV - as receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção de que trata o art. 36 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

§ 1º As receitas de que trata o inciso I serão distribuídas de forma prioritária aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que determinarem a aplicação da respectiva parcela de receitas de royalties e de participação especial com a mesma destinação exclusiva.

§ 2º A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP tomará público, mensalmente, o mapa das áreas sujeitas à individualização da produção de que trata o inciso IV do caput, bem como a estimativa de cada percentual do petróleo e do gás natural localizados em área da União.

§ 3º União, Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarão os recursos previstos nos incisos I e II deste artigo no montante de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e de 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde.



Art. 3º Os recursos dos royalties e da participação especial destinados à União, provenientes de campos sob o regime de concessão, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido antes de 3 de dezembro de 2012, quando oriundos da produção realizada no horizonte geológico denominado pré-sal, localizados na área definida no inciso IV do caput do art. 2º da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, serão integralmente destinados ao Fundo Social previsto no art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 4º Os recursos destinados para as áreas de educação e saúde na forma do art. 2º serão aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Art. 5º O § 1º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

§ 1º As vedações constantes do caput não se aplicam:

I - ao pagamento de dívidas para com a União e suas entidades;

II - ao custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública em tempo integral, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública.

....." (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de setembro de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF

Guido Mantega

Aloizio Mercadante

Alexandre Rocha Santos Padilha

Edison Lobão

Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.9.2013





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/2014

Projeto de Lei nº 120/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem 09/2014.

Súmula: Dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 2013, para as áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DE QUE TRATA A LEI FEDERAL 12858/2013, PARA AS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. ART 196 E 214; VI DA CF. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. ART. 66, IV E ART 87, VI DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 09/2014, visa dispor sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 2013, para as áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que o assunto envolve a Administração Pública.

Importante observar que, no artigo 24, inciso IX, da Constituição Federal está disposta a competência concorrente entre Estados e União para legislar sobre Educação, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Cumpre salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 66, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado às leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 87, prevê a competência privativa do Governador para dispor sobre a administração estadual, adiante transcrito:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

O tema ainda encontra sua disposição nos artigos 196 e 214, VI, da Constituição Federal, conforme segue:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

(...)

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



E nesse sentido, determina a Lei Federal nº 12.858/2013 o que segue:

Art. 2º Para fins de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal, serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e para a saúde, na forma do regulamento, os seguintes recursos:

(...)

II - as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios provenientes dos royalties e da participação especial, relativas a contratos celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, de que tratam respectivamente as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de junho de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva;

Desta feita, verifica-se que a iniciativa legislativa do Poder Executivo visa regulamentar determinação de Lei Federal, estando perfeitamente dentro da Constitucionalidade e Legalidade.

Quanto à Lei Complementar nº 101/2000, não há qualquer afronta, eis que o projeto em tela visa à destinação de recursos futuros à Educação Básica e Saúde, inexistindo impacto financeiro.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


Dep. Scalapese

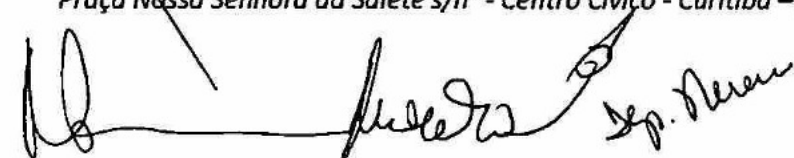

Dep. Terno


Dep. Tassinari


Dep. Curi

APROVADO

18.03.14


Dep. Nogueira



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/2014

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem 009/14, dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, para as Áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que o projeto tem por objetivo cumprir ao disposto na Lei Federal nº 12.858/13, nas áreas de Educação e Saúde.

FUNDAMENTAÇÃO

Vale ressaltar que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 garantem ao Governador a competência para iniciar Leis dessa natureza.

De igual modo a Constituição Federal em seu art. 24, IX, garante aos Estados legislar sobre o tema.

Em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00, não há que se falar em desrespeito à mesma, pois não existe impacto financeiro-orçamentário, uma vez que o Estado vai obter a parcela que lhe cabe em relação ao repasse constante da referida Lei Federal nº 12.858/13, quando a presente proposição for aprovada.

CONCLUSÃO

Isto posto, esta Comissão de Finanças, opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 120/2014.

Sala das Comissões, 26/03/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Jonas
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

Elio
DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

Elio
Dep. Elio

Wilson
Dep. Wilson

Waldyr
Dep. Waldyr

Buhrer
Dep. Buhrer



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/2014

Projeto de Lei nº 120/2014

Autor: PODER EXECUTIVO

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei, visa dispor sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858 de 2013, para as áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858 de 2013, para as áreas de Educação e Saúde.

A presente proposta foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo relatada pelo Deputado Estadual Ademar Traiano, o qual emitiu um parecer favorável em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

A presente proposta visa atender ao disposto pela Lei Federal 12.858 de 09 de setembro de 2013, que relata sobre a destinação para as áreas de educação e saúde, de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pelo

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal.

CONCLUSÃO

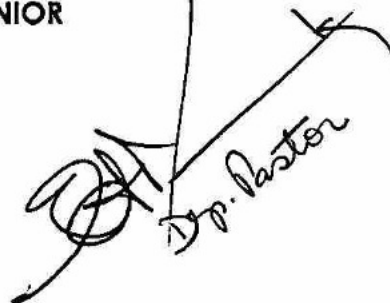
Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude da importância da matéria apresentada.

Sala das Comissões, 02 de abril de 2014.


DEPUTADO ADELINO RIBEIRO
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR


Dep. Elias


Dep. Pastor


Dep. Aníbal Neto



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/2014


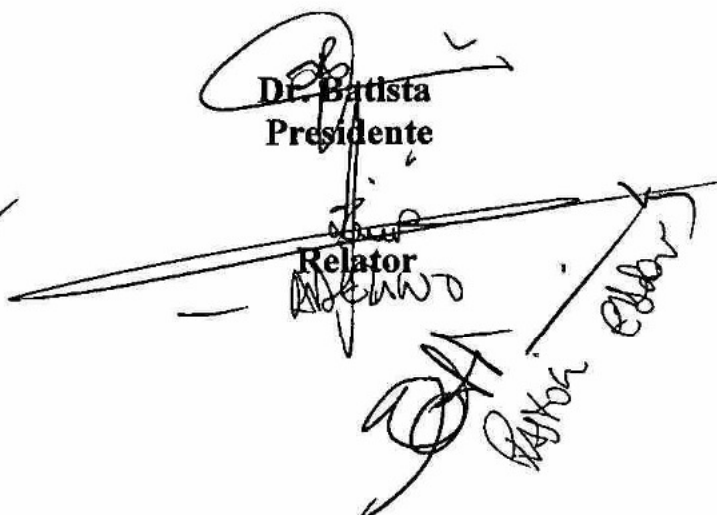
O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 2013, para as Áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo atender ao disposto pela supracitada Lei Federal que dispõe sobre a destinação para Áreas de Educação e Saúde, de parcela da participação no resultado ou de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *Caput* do art. 214 e no art. 196 da constituição.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 2014.



Dr. Batista
Presidente
Relator
Assessor

PROJETO DE LEI 174/14

Súmula: Dá nova redação aos incisos VII e XII do artigo 2º da Lei nº 9.579, de 1991.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Os incisos VII e XII do artigo 2º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ...

...

VII – um representante da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo;

...

XII – um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

..."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 020 /2014

Curitiba, 08 de abril de 2014



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 14 ABR. 2014

[Assinatura]
1º Secretário



I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, 09/01/2014

[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação aos incisos VII e XII do artigo 2º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, que regulamentou o Parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.



A presente proposta visa adequar os referidos dispositivos à nova realidade pois, através da Lei nº 17.745, de 2013, as Secretarias de Estado do Esporte e a do Turismo foram transformadas em uma só, com a denominação de Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.

Por fim, propõe-se, também, um representante da Secretaria de Estado da Fazenda no referido Conselho.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.014.189-7

**SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO** Sistema Estadual de LegislaçãoPesquisa Rápida:  voltar **Exibir Ato** Página para impressão

Lei 9579 - 22 de Março de 1991

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 3482 de 2 de Abril de 1991

(vide Lei 13278 de 10/10/2001)

Súmula: Regulamenta o parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

~~**Art. 1º.** Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, órgão consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento à infância e juventude, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente e composto dos seguintes membros:~~

Art. 1º. Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, em atendimento ao artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e do disposto no artigo 216 da Constituição Estadual.

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**Art. 2º.** Art. 2º. O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente é órgão consultivo, deliberativo e controlador das ações de atendimento à Infância e à Juventude, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela política estadual de atendimento à criança e ao adolescente e composto dos seguintes membros:~~

~~(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)~~

Art. 2º. O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão consultivo, deliberativo e controlador das ações de atendimento a Infância e a Juventude, vinculado à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, é composto pelos seguintes membros:

(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

~~**I** - O secretário de Estado cuja pasta é responsável pela execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente;~~

~~**I** - 01 (um) representante da Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná;~~

~~(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)~~

~~**I** - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Governo;~~

~~(Redação dada pela Lei 11136 de 18/07/1995)~~

I - um representante da Casa Civil;

(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

~~**II** - (01) um representante da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR;~~

~~**II** - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social;~~

~~(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)~~

~~**II** - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família;~~

~~(Redação dada pela Lei 11136 de 18/07/1995)~~

II - um representante da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social;

(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)



III - (01) um representante da secretaria de Estado da Educação;

IV - (01) um representante da secretaria de Estado da Saúde;

V - (01) um representante da secretaria de Estado da Segurança Pública;

~~VI - (01) um representante do Ministério Público;~~

**VI - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Cultura;
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)**

~~VII - (01) um representante do Poder Judiciário;~~

**~~VII - 01 (um) representante do Secretário Especial de Esporte e Turismo;
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)~~**

**~~VII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo;
(Redação dada pela Lei 11136 de 18/07/1995)~~**

**VII - um representante da PARANAESPORTE;
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)**

~~VIII - (01) um representante da Fundação Centro Brasileira Para a Infância e Adolescência;~~

**~~VIII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento;
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)~~**

~~IX - (01) um representante da Legião Brasileira de Assistência;~~

**~~IX - 01 (um) representante da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR;
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)~~**

**IX - um representante da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude;
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)**

~~X - (01) um representante das Universidades Públicas existentes no Estado do Paraná;~~

**~~X - 01 (um) representante das Universidades Públicas existentes no Paraná;
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)~~**

**X - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
(Redação dada pela Lei 11136 de 18/07/1995)**

~~XI - (01) um representante da Associação dos Municípios do Paraná;~~

**~~XI - 10 (dez) representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas em funcionamento há pelo menos um ano.
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)~~**

**~~XI - 11 (onze) representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas em funcionamento há pelo menos um ano.
(Redação dada pela Lei 11136 de 18/07/1995)~~**

**~~XI - 12 (doze) representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas em funcionamento há pelo menos um ano.
(Redação dada pela Lei 11361 de 12/04/1996)~~**

**XI - um representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania;
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)**

**~~XII - (11) onze representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento a crianças e adolescentes, legalmente constituídas, em funcionamento há pelos menos um ano.
(Revogado pela Lei 10014 de 29/06/1992)~~**

~~XII - 01 (um) representante do Poder Legislativo Estadual.~~

(Incluído pela Lei 11136 de 18/07/1995)

XII - um representante da Secretaria de Estado do Turismo;
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

~~**XIII** - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania;
(Incluído pela Lei 11361 de 12/04/1996)~~

XIII - doze representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas a defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano.
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

Art. 3º. ... vetado ...
(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

Art. 4º. ... vetado ...
(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**Art. 2º.** São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente:~~

Art. 5º. São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente:
(Renumerado pela Lei 10014 de 29/06/1992)

☒ ~~**I** - Formular a política de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 e 277 da Constituição Federal; 165 e 216 da Constituição Estadual; e todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;~~

I - Formular a política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 e 227 da Constituição Federal, artigos 165, 173 e 216 da Constituição Estadual e todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**II** - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do governo do Estado, indicando ao secretário de Estado competente, as modificações necessárias à consecução da política formulada;~~

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Governo do Estado, indicando aos Secretários de Estado competentes as modificações necessárias à execução da política formulada;
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

☒ ~~**III** - Estabelecer prioridades de atuação e definir aplicação dos recursos públicos estaduais destinados à assistência social, especialmente para o atendimento de crianças e adolescentes;~~

III - Deliberar sobre as prioridades de atuação na área da criança e do adolescente, de forma a garantir que ações de Governo contemplem de forma integral a universalidade de acesso aos direitos preconizados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**IV** - Homologar a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares filantrópicas e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento a crianças e adolescentes;~~

IV - Controlar as ações de execução da Política Estadual de atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis;
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**V** - Avocar, quando entender necessário, o controle das ações de execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis;~~

V - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**VI** - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;~~



VI - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses da criança e do adolescente;

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**VII - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses das crianças e adolescentes;**~~

VII - Incentivar e apoiar a realização dos eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da Infância e da Juventude;

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**VIII - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da infância e juventude;**~~

VIII - Promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organizações nacionais, internacionais e estrangeiras, visando atender seus objetivos;

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**IX - Promover intercâmbio com entidades públicas particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando atender a seus objetivos;**~~

IX - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**X - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;**~~

X - Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em Regimento Interno, o cadastramento de entidades de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e que pretendem integrar o conselho;

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**XI - Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu regimento interno, o cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes e que pretendam integrar o conselho;**~~

XI - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente;

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**XII - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e ao adolescente;**~~

XII - Gerir seu respectivo Fundo, aprovando planos de aplicação;

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**XIII - Gerir seu respectivo fundo, aprovando planos de aplicação;**~~

XIII - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

~~**XIV - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente.**~~

(Revogado pela Lei 10014 de 29/06/1992)

XIV - Autorizar a divulgação, por escrito, das ações do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e propor publicações promocionais de matéria relativa à Infância e Juventude.

(Incluído pela Lei 12458 de 16/01/1999)

Art. 3º. As organizações da sociedade civil interessadas em participar do conselho se habilitarão, entre os dias 1º e 31 de janeiro dos anos ímpares, perante a secretaria de Estado competente, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos um ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente.

§ 1º. A seleção das organizações representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante eleição realizada entre as próprias entidades habilitadas.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 17745 - 30 de Outubro de 2013

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 9076 de 30 de Outubro de 2013

Súmula: Extingue a Secretaria de Estado do Esporte e a Secretaria de Estado do Turismo, e cria a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo, bem como extingue a Coordenação de Controle Interno, e cria a Controladoria Geral do Estado - CGE, incluindo as competências da Corregedoria e da Ouvidoria Geral.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica extinta a Secretaria de Estado do Turismo, criada pela Lei nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002, e a Secretaria de Estado do Esporte, criada pela Lei nº 17.014, de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo - SEET, tendo por finalidade:

I - planejamento, a organização, o acompanhamento e a manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida;

II - o incentivo, o apoio e a orientação para a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais e amadores, quer no âmbito da Administração Estadual ou da iniciativa privada;

III - o cumprimento da legislação esportiva;

IV - as atividades relativas à definição, à proposição e à implantação da política de governo na área do turismo, em todas as suas modalidades de promoção;

V - a normatização, a fiscalização, a promoção e o incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social;

VI - a articulação com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e internacionais do âmbito de sua área de atuação;

VII - o estímulo e a elaboração de estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados à sua esfera de competência;

VIII - o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 3º Incumbe à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo coordenar as ações que envolvem a estratégia relativa a eventos esportivos e afins, de âmbito regional, nacional e internacional, funcionando como órgão centralizador das informações no âmbito do Estado do Paraná, de acordo com a regulamentação definida em decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 4º. O Instituto Paranaense de Ciência do Esporte - IPCE, a Paraná Turismo e o Centro de Convenções de Curitiba, autarquias estaduais, passam a vincular-se à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.

Art. 5º. Fica extinta a Coordenação de Controle Interno, instituída pela Lei nº 15.524, de 05 de junho de 2007.

Art. 6º. Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Controladoria Geral do Estado - CGE, vinculada diretamente ao Governador do Estado, tendo por finalidade:



I - o planejamento, a coordenação, o controle e a avaliação das atividades de controle interno do Poder Executivo Estadual;

II - o estímulo à obediência as normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, regulamento, estatutos e regimentos;

III - o acompanhamento sobre a observância pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual dos limites legais e constitucionais de aplicação com gastos em áreas afins;

IV - a realização de inspeções e auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas;

V - a fiscalização quanto ao cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a conduta da Administração Pública, especialmente em relação à legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e à moralidade administrativa e, também na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos contra atos e omissões cometidos pela Administração Pública Estadual;

VI - a investigação de fatos tidos como irregularidades no âmbito do Poder Executivo Estadual, respeitada a legislação das carreiras regidas por leis especiais;

VII - o recebimento e a apuração de reclamações ou denúncias fundamentadas que lhe forem dirigidas, em especial à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público estadual, velando por seu integral atendimento e resolução, inclusive às consultas e aos requerimentos formulados pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público do Estado, recomendando, quando constatada omissão da autoridade competente, a instauração de sindicâncias, procedimentos e processos administrativos pertinentes aos Órgãos e Entidades respectivos;

VIII - o desempenho de outras atividades correlatas.

§ 1º. A Controladoria Geral do Estado encaminhará à Procuradoria Geral do Estado os casos que configurem improbidade administrativa e todos quantos recomendem a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências a cargo daquele Órgão, bem como provocará, sempre que necessária, a atuação do Tribunal de Contas do Estado, e, quando houver indícios de responsabilidade penal, do Ministério Público do Estado, inclusive quanto a representações ou denúncias que se afigurarem manifestamente caluniosas.

§ 2º. O assessoramento e a consultoria jurídica à Controladoria Geral do Estado serão prestados pela Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Art. 7º. Ficam transferidos para a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - da extinta Secretaria de Estado do Esporte:

- ☐ a) um cargo de Secretário de Estado;
- b) um cargo de Diretor Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1;
- c) três cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-2;
- d) três cargos de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-2;
- e) um cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3;
- f) um cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-4;
- g) sete cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5;
- h) um cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;
- i) sete cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C;
- j) doze cargos de Chefe de Escritório Regional, símbolo 1-C; e
- k) nove cargos de Assistente, símbolo 2-C.

II - da Secretaria de Estado de Governo:

- a) um cargo de Assessor, símbolo DAS-5;



b) um cargo de Assistente, símbolo 1-C;

c) três cargos de Assessor Administrativo, símbolo 1-C, alterando-se a denominação para Assistente, mantida a mesma simbologia;

d) um cargo de Assistente, símbolo 3-C;

e) um cargo de Assistente, símbolo 4-C;

f) um cargo de Assistente, símbolo 5-C; e

g) um cargo de Assistente, símbolo 15-C.

III - da extinta Secretaria de Estado do Turismo:

a) um cargo de Assessor, símbolo DAS-5;

b) dois cargos de Coordenador, símbolo DAS-5;

c) um cargo de Assistente, símbolo 1-C;

d) um cargo de Assistente, símbolo 2-C; e

e) um cargo de Assistente, símbolo 6-C.

☐ **IV** - fica transformado um cargo de Secretário de Estado da extinta Secretaria de Estado do Turismo, em dois cargos de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-1.

Art. 8º. Ficam transferidos da Secretaria de Estado de Governo para a Controladoria Geral do Estado, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - dois cargos de Assessor, símbolo DAS-3;

II - sete cargos de Assessor, símbolo DAS-4;

III - cinco cargos de Assessor, símbolo DAS-5;

IV - três cargos de Assistente, símbolo 1-C;

V - dois cargos de Assessor Administrativo, símbolo 1-C, alterando-se a denominação para Assistente, mantida a mesma simbologia;

VI - um cargo de Assessor, símbolo 1-C, alterando-se a denominação para Assistente, mantida a mesma simbologia;

☐ **VII** - dois cargos de Assistente, símbolo 2-C;

VIII - dois cargos de Assistente, símbolo 8-C;

IX - um cargo de Assistente, símbolo 10-C; e

X - um cargo de Assistente, símbolo 14-C.

Art. 9º. Ficam transferidos para a Controladoria Geral do Estado, da extinta Secretaria de Estado do Turismo, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Diretor Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1, alterando-se a denominação para Diretor Geral de Controladoria; e

II - um cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5.

Art. 10. Fica extinto o cargo de Secretário de Controle Interno, símbolo AE-1, da Governadoria e criado o cargo de Controlador Geral do Estado, na simbologia A-1.

§ 1º. O Controlador Geral do Estado, nomeado pelo Governador do Estado, será escolhido por essa autoridade dentre pessoas de notório saber e reputação ilibada.

§ 2º. São asseguradas ao Controlador Geral do Estado as prerrogativas, representação, remuneração e impedimentos de Secretário de Estado.

Art. 11. O art. 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 12.215, de 10 de julho de 1998, passam a



vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O serviço social autônomo, sem fins lucrativos, ECOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, de interesse coletivo, passa a denominar-se PARANÁ PROJETOS, tendo como finalidade a promoção, a elaboração e o gerenciamento de projetos, visando à implementação do desenvolvimento integrado do território paranaense, segundo princípios de sustentabilidade local e regional."

Parágrafo único. O detalhamento da estrutura organizacional do PARANÁ PROJETOS e de suas atribuições será estabelecido no Estatuto da entidade, sendo declarada como entidade de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, inclusive tributários."

Art. 12. O art. 2º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º No cumprimento de suas finalidades o PARANÁ PROJETOS tem os seguintes objetivos:

I - elaborar projetos inovadores segundo parâmetros de sustentabilidade e interatividade da ação governamental, que viabilizem o desenvolvimento estadual integrado, observadas as diretrizes governamentais para a área;

II - desenvolver estudos e elaborar projetos técnicos voltados à implantação de iniciativas e ações planejadas, visando à redução das desigualdades locais e regionais em relação aos referenciais de desenvolvimento sustentável desejados pelo Governo do Estado;

III - fornecer o apoio e orientação especializada aos órgãos e entidades governamentais no desempenho de suas atividades relacionadas ao estudo e a elaboração de projetos;

IV - buscar, de forma permanente, recursos técnicos inovadores a serem aplicados na realização de suas atividades;

V - firmar convênios, acordos ou ajustes com os municípios bem como com pessoas físicas ou jurídicas, para prestar serviços relacionados à elaboração e implementação de projetos públicos que viabilizem o desenvolvimento local e regional."

Art. 13. O art. 3º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O PARANÁ PROJETOS se vincula, por cooperação, à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, que terá a incumbência de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir e, em conformidade com o Contrato de Gestão que o Estado subscrever na forma da Lei."

Art. 14. O art. 5º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Conselho de Administração do PARANÁ PROJETOS será composto por dez membros, não remunerados, nomeados pelo Governador do Estado, sendo presidido pelo Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral."

Art. 15. Fica incluído o parágrafo único no art. 5º da Lei nº 12.215, de 1998, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho de Administração do PARANÁ PROJETOS serão estabelecidos em seu Estatuto."

Art. 16. O art. 7º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando revogado o seu parágrafo único:

"Art. 7º A Diretoria Executiva é o órgão executivo do PARANÁ PROJETOS, cabendo-lhe implementar as determinações e orientações do Conselho de Administração e será composta por três membros, sendo um Superintendente e dois diretores auxiliares, nomeados pelo Governador do Estado, com as atribuições definidas no seu Estatuto."

Art. 17. O art. 9º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Contrato de Gestão com o PARANÁ PROJETOS".

§ 1º O Contrato de Gestão para os efeitos desta Lei é o instrumento técnico-jurídico, formal, de

direito civil, celebrado entre o Governo do Estado, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e o PARANÁ PROJETOS, por intermédio de seus representantes legais.

§ 2º O Contrato de Gestão, elaborado de comum acordo com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, órgão supervisor, e o PARANÁ PROJETOS, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade, com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução das atividades relacionadas no art. 2º desta Lei.

§ 3º O Contrato de Gestão será firmado em até cento e oitenta dias após a publicação desta Lei.

§ 4º Na elaboração do Contrato de Gestão, deve ser assegurada a plena autonomia técnica, administrativa e financeira da entidade, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I - fixar, de modo objetivo, as metas a serem atingidas, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da entidade, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho;

II - permitir à Diretoria Executiva contratar, administrar e dispensar recursos humanos para todas as atividades da entidade, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como, de seus produtos e serviços;

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços, mediante procedimentos licitatórios simplificados;

IV - fixar as condições de remuneração e de repasse de receitas fin aneiras da entidade.

§ 5º O PARANA PROJETOS fará publicar, no prazo máximo de noventa dias contados da assinatura do Contrato de Gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para contratação de obras e serviços, bem como compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

§ 6º O Contrato de Gestão, que terá prazo de vinte anos, poderá ser modificado no curso de sua execução, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão."

Art. 18. Os caputs dos arts. 4º, 8º, 10, 12, 14, 15 e 17 da Lei nº 12.215, de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

○ "Art. 4º A direção superior da PARANÁ PROJETOS é constituída, respectivamente:

Art. 8º O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Superintendente da PARANÁ PROJETOS, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio.

Art. 10. A PARANÁ PROJETOS, fica declarada como entidade de interesse social e utilidade pública para todos os efeitos legais, inclusive tributários.

Art. 12. A Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional fica dispensada de processos licitatórios para celebrar contratos de prestação de serviços com a PARANÁ PROJETOS, para atividades contempladas no Contrato de Gestão.

Art. 14. Constituem receitas da PARANÁ PROJETOS:

Art. 15. As ações da PARANÁ PROJETOS, compreendendo todas as atividades técnicas e administrativas atinentes aos programas, planos, projetos, produtos e serviços sob sua responsabilidade, serão exercidas e por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT ou por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas observada a legislação pertinente.

Art. 17. Em caso de extinção da PARANÁ PROJETOS, os seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná e/ou dos municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados."

Art. 19. O caput e § 1º do art. 13 e o caput e inciso III do art. 16, da Lei nº 12.215, de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. As contas da PARANÁ PROJETOS serão julgadas pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º A PARANÁ PROJETOS, encaminhará, anualmente, para a Assembleia Legislativa, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados, inclusive os repassados pelo contrato de gestão a que se refere o art. 9º.

Art. 16. O patrimônio da PARANÁ PROJETOS será constituído:
(...)

III - por quaisquer outros bens e direitos que vierem a se incorporar à PARANÁ PROJETOS."

Art. 20. As ações em execução pelo serviço social autônomo ECOPARANÁ permanecem sendo executados pelo PARANÁ PROJETOS, até a efetivação do contrato de gestão com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 21. Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência proceder à readequação e os ajustes necessários decorrentes dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e à carga patrimonial.

☐ **Art. 22.** Os contratos, acordos, convênios, termos de ajustes e outros compromissos de natureza jurídica, em execução pela Secretaria de Estado do Esporte e pela Secretaria de Estado do Turismo, terão sua continuidade sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.

Art. 23. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a responsabilidade pela reformulação e implantação de todos os atos organizacionais dos Órgãos e Entidades, necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 24. Tendo em vista a necessidade de não haver solução de continuidade das atividades exercidas pelos órgãos e entidades citadas nesta Lei, sua execução orçamentária-financeira no exercício de 2013 será realizado de acordo com a estrutura estabelecida na Lei nº 17.398, de 17 de dezembro de 2012.

Art. 25 O Chefe do Poder Executivo Estadual fica autorizado a alterar a denominação dos cargos de provimento em comissão citados nesta Lei, para possibilitar a implementação dos seus dispositivos.

☐ **Art. 26.** Fica revogado o art. 6º da Lei nº 12.215, de 1998.

☐ **Art. 27.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 30 de outubro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Cassio Taniguchi
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 174/2014

Projeto de Lei nº 174/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 020/2014

Súmula: Dá nova redação aos incisos VII e XII do artigo 2º da Lei nº 9.579, de 1991.

EMENTA: ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. POSSIBILIDADE. ARTS. 65, 66, INC. I E 87, INC. VI DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo dar nova redação aos incisos VII e XII do artigo 2º da Lei nº 9.579/1991 que dispôs sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao **Governador**, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre os servidores públicos, especialmente, provimento de cargos nos termos dos artigos 66, inciso II e 87, inciso VI, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (grifo nosso)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)

Observa-se do teor da Mensagem que:

"A presente proposta visa adequar os referidos dispositivos à nova realidade pois, através da Lei nº 17.745/2013, as Secretarias de Estado do Esporte e a do Turismo foram transformadas em uma só, com a denominação de Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.

Por fim, propõe-se, também, um representante da Secretaria de Estado da Fazenda no referido Conselho."

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

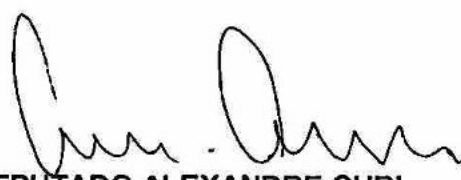




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURTI
RELATOR


Dep. Tadeu

Dep. Priscila


Dep. Turini

Dep. Leuphion


Dep. Francisco

Dep. Curi


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15/04/2014



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 174/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 020/14, objetiva dar nova redação aos incisos VII e XII do artigo 2º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, que regulamentou o Parágrafo único do ar. 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Alexandre Curi que exarou o devido parecer favorável que foi aprovado, em virtude de sua constitucionalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta visa adequar os referidos dispositivos à nova realizada, vez que a Lei nº 17.745/2013, transformou as Secretaria de Estado do Esporte e a do Turismo em uma só, com a denominação de Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.

Propõe, ainda, um representante da Secretaria de Estado da Fazenda no Conselho citado.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto à iniciativa, no art. 65, e os arts. 66 e 87, ambos da Constituição Estadual.

Insta observar que, a proposta em questão não afronta a Lei Complementar Federal nº 101/00.



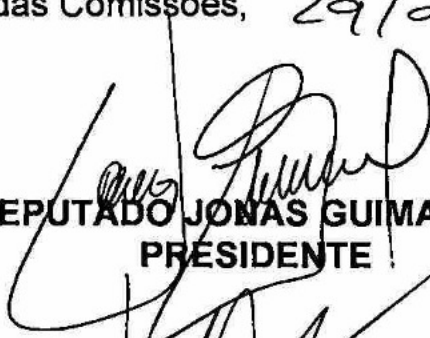
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

CONCLUSÃO

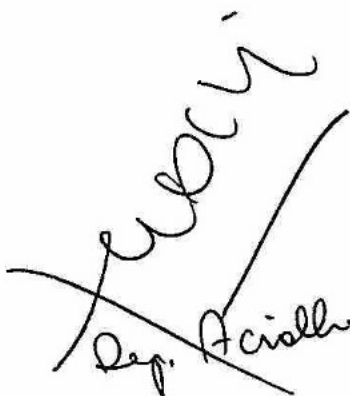
Em razão do exposto, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

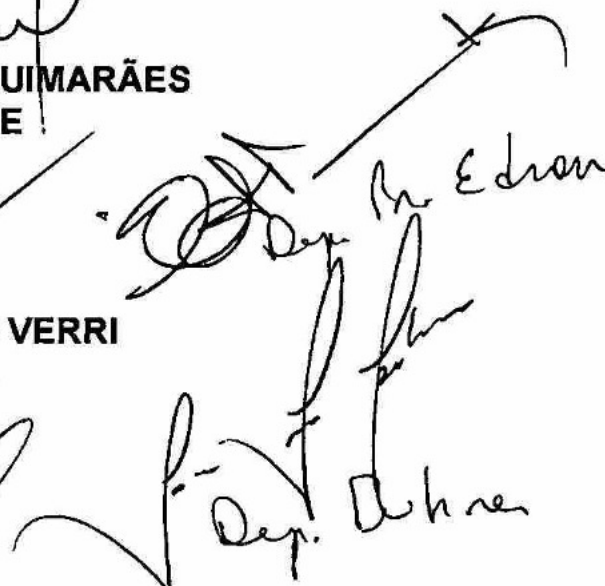
Sala das Comissões, 29/04/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR


Dep. Aciole


Dep. Elis


Dep. Achen



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA,
ADOLESCENTE E IDOSO.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 174/14

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Súmula: "Dá nova redação aos incisos VII e XII do artigo 2º da Lei nº 9.579, de 1991".

Introdução

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como seu objetivo principal alterar os dispositivos dos incisos VII e XII do artigo 2º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, que criou e ensejou a organização e estipulou as competências do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Com a recente fusão das Secretarias de Estado do Esporte e do Turismo, tornando-se uma única Secretaria do Esporte e do Turismo, exigiu-se por força da Lei, que fosse readaptado o conselho a que se refere o parágrafo anterior, bem como, propõe-se também no presente Projeto de Lei a inclusão de um representante da Secretaria de Estado da Fazenda.

Chamada esta Comissão para exarar um parecer sobre o assunto conforme exigência regimental é o que faço.

Fundamentação

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no seu artigo 29, § 1º, afirma que:

Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

- I – Iniciar o processo legislativo em leis complementares e ordinárias, nos casos permitidos pela Constituição;**
- II – emitir parecer sobre as proposições sujeitas à deliberação do Plenário, opinando pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, ou pelo arquivamento e, quando for o caso, formular projetos delas decorrentes...!**

Já no artigo 33-V e seus respectivos incisos o Regimento Interno prevê que;

Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

- I – Debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do Poder Público Estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idosos;**
- II – analisar medidas que visem o fortalecimento e a ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos; e**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO.



III – Manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.

Assim sendo, considerando que a Lei Estadual 17.745/2013, transformou duas secretarias (a do Esporte e a do Turismo) em apenas uma (Esporte e Turismo) houve necessidade de adaptar a composição do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente quanto à sua composição.


O presente Projeto de Lei propõe, ainda, a inclusão de um representante da Secretaria de Estado da Fazenda, na vaga existente no Conselho, oriunda da extinção uma Secretaria, o que também é prerrogativa do Senhor Governador do Estado.


Considerando, ainda, ser da iniciativa do Poder Executivo a alteração dessa composição do CDDCA, conforme análise e votação da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que deu parecer favorável às alterações, esta Parlamentar designada para emitir seu parecer chega a seguinte conclusão.


CONCLUSÃO


Conforme foi amplamente arrazoadado, esta Comissão é de PARECER FAVORÁVEL, à tramitação do Projeto de Lei nº 174/14 de autoria do Poder Executivo Estadual, e, conseqüentemente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 2014.


Deputada ROSE LITRO
Presidente


Deputada CANTORA MARA LIMA
Relatora


CAIO QUINTANA


ELTON WELTER


WALDYR RUELLES



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Luiz Cláudio Romanelli



PROJETO DE LEI Nº 181/2014



Declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro, deste Estado.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2014


LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Luiz Cláudio Romanelli



JUSTIFICATIVA

A Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro é uma Associação Beneficente, filantrópica, sem finalidade lucrativa e tem por objetivo prestar assistência hospitalar e social às pessoas que dela necessitarem, sem distinção de nacionalidade, sexo ou religião.

Foi criada aos 26 de novembro de 1983 e mantém Hospital, fundado em março de 1919, já sendo considerada entidade de utilidade pública municipal, via Lei nº 83/1968 e entidade de utilidade pública federal, conforme Decreto Presidencial nº 67818/1970. Também está cadastrada junto ao CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde da Secretaria de Atenção à Saúde (Ministério da Saúde), bem como, detém o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde – CEBAS, conforme Portaria nº 172, de 07 de março de 2012.

A entidade trata de importante instituição para o Município de Ribeirão Claro e região, estando a cumprir relevante função social, a merecer a declaração de utilidade pública estadual, inclusive, para que possa participar de vários projetos e programas já em andamento, que certamente trarão melhorias ao Hospital.

Conforme documentos em anexo, a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro preenche todos os requisitos para declaração de utilidade pública estadual, constando em anexo, os documentos comprobatórios de sua regularidade, conforme artigo 1º e 2º da Lei 17826/2013.

Desta forma, tendo em vista que a entidade preenche todos os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública pelo Estado do Paraná, peço aos meus pares o apoio no presente Projeto de Lei, que indubitavelmente atende ao interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Luiz Cláudio Romanelli



REQUERIMENTO



**SÚMULA: REQUER REGIME DE URGÊNCIA
NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº
181/2014**

Exmo. Senhor Presidente

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Douto Plenário, seja deferido regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 181/2014, DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO CLARO, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, DESTE ESTADO.

O pedido de faz necessário tendo em vista que a entidade acima descrita necessita da declaração de utilidade pública estadual, com urgência, para firmar convênios e receber subsídios em projetos governamentais que visam a melhoria da qualidade na prestação dos serviços de saúde.

Sala de Sessões, 14 de maio de 2014

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
DEPUTADO ESTADUAL

Edifício Presidente Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº
Gabinete 606 – 6º andar
Curitiba – PR
Fone: 41 – 33504288
e-mail: romanelli@pr.gov.br

Prote-se e encaminha-se
Para Providências

141515

14:55 14/05/2014 002482 DDP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 181/2014

Projeto de Lei nº. 181/2014
Autor: Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro, deste Estado.*

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

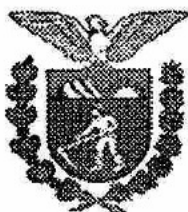
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná

REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de Maio de 2014.

DEPUTADO NÉLSON JUSTUS

PRESIDENTE

Terêncio Terini

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

APROVADO

20/05/14



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI 186/14

Súmula: Transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

Art. 1º. Ficam transformados oito (08) cargos vagos de Procurador de Justiça da carreira do Ministério Público do Estado do Paraná em oito (08) cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º. Ficam transformados, no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, os seguintes cargos efetivos:

I – 03 (três) cargos de técnico superior, do grupo ocupacional superior, em 03 (três) cargos de auditor, do grupo ocupacional superior;

II – 03 (três) cargos de telefonista, do grupo ocupacional básico, em 03 (três) cargos de auxiliar administrativo, do grupo ocupacional básico;

III – 04 (quatro) cargos de vigia, do grupo ocupacional básico, em 04 (quatro) cargos de oficial de promotoria, do grupo ocupacional básico;

Art. 3º. Ficam criados no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná 94 (noventa e quatro) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-5, de assessor de Promotoria.

§ 1º. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere este artigo terão lotação na Procuradoria-Geral de Justiça e serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral.

§ 2º. No provimento dos cargos em comissão previstos neste artigo será observado o disposto na Lei nº 16.559, de 06 de agosto de 2010, e alterações subsequentes.

Art. 4º. O artigo 2º, da Lei nº 16.559, de 06 de agosto de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º. Os cargos em comissão, com atribuições de assessoramento superior no âmbito do Ministério Público do Paraná, serão ocupados por, no mínimo, 05% (cinco por cento) de titulares de cargos efetivos do respectivo Quadro de Servidores, observados os requisitos de qualificação e experiência.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Art. 5º. A descrição das atribuições dos cargos previstos nos artigos 2º e 3º, desta Lei, e outras características atinentes às suas funções, serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 6º. A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos transformados ou criados por esta Lei corresponde aos valores constantes das tabelas vigentes para o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná (Anexos I e II da Lei nº 17.888, de 26 de dezembro de 2013 e Anexo III da Lei nº 17.583, de 04 de junho de 2013).

Art. 7º. Os cargos transformados ou criados por esta Lei serão providos na medida da necessidade dos serviços, observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º. Fica instituída a gratificação correspondente a 10% do subsídio do cargo ao ocupante da função de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Os efeitos financeiros decorrentes deste artigo dar-se-ão a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a transformação de oito (08) cargos vagos de Procurador de Justiça da carreira do Ministério Público do Estado do Paraná em oito (08) cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba; a transformação, conforme específica, de 10 (dez) cargos de servidor efetivo do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná; a criação, neste mesmo Quadro, de 94 (noventa e quatro) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-5, de assessor de Promotoria, e adota outras providências.

Visa a presente proposta, tanto em relação aos membros da carreira quanto aos servidores efetivos do Ministério Público, compatibilizar as atribuições dos cargos transformados às atuais necessidades institucionais e, em especial, no tocante à transformação dos cargos de Procurador de Justiça em cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, obter, a par da economia propiciada, sob o aspecto financeiro, mais agilidade no suprimento de cargos vagos ou cujo titular se encontre afastado, como também sua maior abrangência. Ou seja, os cargos de Procurador de Justiça, de atuação restrita ao segundo grau, são transformados em cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que podem atuar tanto em primeiro grau (Foro Central e Regional da comarca de Curitiba), como em segundo grau, mediante convocação.

No que se refere à criação de cargos de provimento em comissão, objetiva suprir às necessidades decorrentes da defasagem de sua quantidade em relação ao Poder Judiciário, a par da adequação da remodelação e ampliação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008, de forma ajustá-la às diretrizes institucionais advindas do novo Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná – Projeto GEMP&AR 2018, aprovado em 15.12.2009, que prevê, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Como consignado na exposição de motivos do anteprojeto convertido na supracitada Lei nº 15.913/2008, *"por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sintonia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação"*.

Esclareça-se que a proposta de criação de cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-5, de assessor de Promotoria, a quem incumbe o exercício da função de assessoramento técnico-jurídico às Promotorias de Justiça, se destina a fazer frente à ampliação do número de cargos equivalentes no Poder Judiciário, perante o qual deve officiar o Ministério Público, resultante da criação de novas Varas, em primeiro grau, salientando-se a opção, menos onerosa, do Ministério Público pelo reforço das assessorias de suas Promotorias de Justiça, ao invés da criação de cargos de membros do Ministério Público.

Neste ponto – criação de cargos em comissão –, em observância ao princípio da proporcionalidade resta *"guardada a correlação entre o número de cargos efetivos e em comissão"*, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal (RE nº 365.368-SC, j. 22.05.2007). No entanto, diante da constatação da sua inviabilidade prática a reserva do percentual de 10% destes cargos em comissão, com atribuições de assessoramento superior, para ocupação por servidores efetivos, conforme previsto no art. 2º, da Lei nº 16.559, de 06 de agosto de 2010, está sendo reduzida para 5%, mediante proposta de alteração do citado dispositivo legal.

A instituição da gratificação de 10% sobre o subsídio do cargo, ao ocupante da função de Ouvidor do Ministério Público do Paraná, objetiva ensejar justa contrapartida pelo exercício desta *novel* e relevante função. Com efeito, a previsão de criação de Ouvidorias do Ministério Público veio com a Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, que ao introduzir o art. 130-A ao Texto Fundamental (art. 2º), que instituiu o Conselho Nacional do Ministério Público, projetou-as como sua *longa manus* no âmbito dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, de forma a



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



viabilizar um canal de acesso "para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares" (§ 5º), tendo sido implementada no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná pela Lei Complementar nº 117, de 14 de fevereiro de 2007.

Registre-se que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Gestão de Pessoas, Divisão de Folha de pagamento (cf. Informação nº 243/2014), a transformação de 08 (oito) cargos de Procurador de Justiça em cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba gerará economia para a Instituição; a transformação de 10 (dez) cargos de servidor, de provimento efetivo, significará a manutenção de mesma despesa; e a criação de 94 (noventa e quatro) cargos de servidor, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, assessor de Promotoria, se e quando providos todos os cargos, terá um impacto financeiro mensal, na folha de pagamento, de R\$ 631.787,57 (seiscentos e trinta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), correspondente a um acréscimo mensal de 1,86% (um vírgula oitenta e seis por cento), tendo referida despesa, estimada em R\$ 5.457.421,31 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta e um centavos - para o presente exercício, considerando o período de mai-dez/2014 e o 13º sal.) e R\$ 8.341.050,26 (oito milhões, trezentos e quarenta e um mil, cinquenta reais e oitenta e vinte e seis centavos) para os exercícios seguintes (2014 e 2015), previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.886, de 20.12.2013), conforme Informação nº 0878/14, do Departamento Financeiro - DF. De sua vez, a instituição da gratificação de 10% do subsídio do cargo ao Ouvidor do Ministério Público causará um impacto financeiro mensal, na folha de pagamento, de R\$ 2.658,97 (dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos), correspondente a um acréscimo mensal de 0,008% (zero vírgula zero zero oito por cento), tendo referida despesa, estimada em R\$ 23.044,40 (vinte e três mil, quarenta e quatro reais e quarenta centavos - para o presente exercício, considerando o período de mai-dez/2014 e o 13º sal.) e R\$ 34.566,58 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) para os exercícios seguintes (2014 e 2015), previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.886, de 20.12.2013), conforme Informação nº 1029/14, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 0879/14 e Informação nº 1.030/2014) que os



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



impactos, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, para o exercício de 2014, serão, respectivamente, de 0,023237% (zero vírgula zero dois três dois três sete por cento) e 0,000088% (zero vírgula zero zero zero zero oito oito por cento) em relação à receita corrente líquida prevista, fixando-se com este acréscimo em 1,7606 %. (um vírgula sete seis zero seis por cento) no período considerado de janeiro a dezembro/2014, donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foram as propostas submetidas e aprovadas, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, a exceção da constante do artigo 8º do presente anteprojeto, em sessão extraordinária realizada no dia 09 de abril próximo passado.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da transformação de cargos de servidor e de membro do Ministério Público do Estado do Paraná, da criação de cargos de provimento em comissão, no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, da instituição da gratificação correspondente a 10% do cargo ao ocupante da função de Ouvidor do Ministério Público, objeto do presente Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 17.886, de 20.12.2013, compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013 (LDO).

Curitiba, 16 de abril de 2014

Gilberto Giacoia
Procurador Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 776/14-GAB

Curitiba, 16 de abril de 2014.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 ABR. 2014

mauro
1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 23/04/2014

[Assinatura]
Presidente



Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

[Assinatura]

Gilberto Giacoia

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

14:39 23/04/2014 001933 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 186/2014

Projeto de Lei nº 186/2014

Autor: Ministério Público

Súmula: Transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

EMENTA: TRANSFORMA E CRIA CARGOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa transformar 08 cargos vagos de Procurador de Justiça em 08 cargos de Promotor de Justiça, bem como criar 94 cargos de assessor de Promotoria e dá outras providências.

VISTA EM 29/04/14

FUNDAMENTAÇÃO

José Genesini



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural; em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição Estadual, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos).

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos).

O jurista José Afonso da Silva leciona "(...) das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no art. 169, 'propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira'. Dá-se-lhe, assim, o poder de iniciativa de leis nessas matérias"¹.

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:
II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que está sendo apresentada respectiva Declaração de adequação orçamentária, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar n.º 95/98.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Curitiba, 29 de abril de 2014.

Nelson Justus
NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Luiz Claudio Romanelli
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep. Tadeu
Cener

APROVADO

06/05/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 186/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo da Procuradoria Geral de Justiça - Ministério Público – Ofício nº 776/2014, que objetiva transformar e criar cargos no Ministério Público do estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli exarou o devido parecer favorável que foi aprovado em razão de sua legalidade e constitucionalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pela Procuradoria Geral de Justiça-Ministério Público do Estado do Paraná encontra-se plenamente justificada.

Assevera o autor que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Gestão de Pessoas, Divisão de Folha de Pagamento (conforme Informação nº 243/2014), a transformação de 08 (oito) cargos de Procurador de Justiça em cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba gerará economia para a Instituição; a transformação de 10 (dez) cargos de servidor, de provimento efetivo, significará a mesma despesa; e a criação de 94 (noventa e quatro) cargos de servidor em comissão, símbolo DAS-5, assessor de Promotória,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

se e quando providos todos os cargos, o impacto mensal, na folha de pagamento será de R\$631.787,57 (seiscentos e trinta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), sendo estimada a despesas em R\$5.457.421,31 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte um reais e trinta e um centavos) para o presente exercício, considerando o período de maio-dezembro/2014 e o 13º salário; e R\$8.341.050,26 (oito milhões, trezentos e quarenta e um mil, cinquenta reais e vinte seis centavos) para os exercícios seguintes (2014 e 2015).

De outro lado, a instituição da gratificação de 10% (dez) por cento do subsídio do cargo ao Ouvidor do Ministério Público causará um impacto financeiro mensal, na folha de pagamento, de R\$2.658,97 (dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos), tendo a referida despesa, estimada em R\$ 23.044,40 (vinte e três mil, quarenta e quatro reais e quarenta centavos), para o presente exercício, considerando o período de maio-dezembro/2014 e o 13º salário; e R\$34.566,58 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) para os exercícios seguintes (2014 e 2015).

Encontra-se anexo a proposta a declaração do ordenador de despesas, Senhor Dr. Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça, informando que a proposta apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013 (LDO).

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 21/05/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR